



RMA

Antropología Social

A afirmação da cultura brasileira: dos sertões da Bahia às metamorfoses de casas-grandes e de senzalas

Afrânio Garcia Jr.

École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris).

E-mail: garcia@ehess.fr

Resumo

Este artigo examina a contribuição de escritores ensaístas para a valorização da coletividade brasileira entre os anos de 1930 a 1960, substituindo a preocupação com a degenerescência de um povo de mestiços, pela objetivação da pesada herança histórica deixada pelo regime escravocrata das grandes plantações coloniais. Inicialmente, é estudada a obra de Euclides da Cunha -Os Sertões- onde o significado do massacre de Canudos é amplificado por sua concepção vinculada à liquidação do embrião de nova raça forte originada do cruzamento de brancos com índios. O estudo de três das obras fundamentais dos anos 30-40- Casa-grande e senzala de Gilberto Freyre, Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda e Formação do Brasil Contemporâneo de Caio Prado Jr.- permite demonstrar como se objetivou a matriz social da mestiçagem no Brasil e o pesado legado deixado pela escravatura nos modos de funcionamento do espaço político, do campo econômico e na recriação das hierarquias sociais; sobretudo pelo exame desse legado sobre a "psicologia íntima" dos brasileiros. São assim explicitados os desafios a serem enfrentados para consolidar a nação como uma democracia moderna e assegurar seu futuro autônomo.

Palabras clave: Brasil; intelectuales; mestizaje; cultura nacional

The assertion of Brazilian culture: from the hinterland of Bahia to the metamorphoses of big houses and slave quarters

Abstract

*This article investigates the contributions of intellectuals to the valorization of the Brazilian community during the years 1930-1940; substituting the objectivation of the heavy historical legacy inherited from the slavery system of large colonial plantations to the study of a miscigenated population. First, this article reviews the book *Os Sertões* by Euclides da Cunha, where the signification of the war against the Canudos village is deciphered in terms of elimination of an emerging race resulting from the cross-breeding of the Whites and the Indians. Then the study of three of the main works of the years 30-40, *Casa Grande e Senzala (Masters and Slaves)* by Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil (Brazil' Roots)* by Sérgio Buarque de Hollanda and *Formação do Brasil Contemporâneo (The making of contemporary Brazil)* by Caio Prado Jr. intends to explain how the social matrix of miscegenation in Brazil and the strong legacy of the slavery system having imprinted the ways of functioning of the political space, the economic field and the rebuilding of social hierarchies have been objectified. The author thus explicits the challenges the nation has to face in order to preserve itself and to build the future.*

Keywords: Brazil; intellectuals; miscegenation, national culture

No final do século XIX, muitos foram os intelectuais e políticos a compartilhar o sentimento de falta de unidade nacional e a se mostrarem severamente críticos das falhas das novas instituições republicanas. Contudo, em intervalo de três anos, o Brasil conheceu mudanças institucionais de monta: 1888, abolição da escravatura; 1889, proclamação da República; 1890, separação do Estado e da Igreja Católica. Em todas elas, os positivistas tinham se mobilizado fortemente e todas faziam parte do seu ideário. O desencanto com o recente cenário político vai se exprimir de uma forma particularmente vigorosa no livro *Os Sertões*, quando Euclides da Cunha, que havia sido punido por expressar suas convicções como jovem oficial positivista¹, dá a forma de epopéia ao relato da

guerra de Canudos, para sinalizar como o massacre perpetrado pelo exército republicano havia comprometido o próprio futuro da nacionalidade. Sua obra vai ecoar ao longo do século XX como uma profecia sobre as origens dos males presentes e as necessárias mudanças de rumos dos debates intelectuais e políticos. No adágio "o sertão vai virar mar e o mar virar sertão" não está também presente o desejo de reverter o peso do cosmopolitismo em prol de uma cultura brasileira embrionária?

Janeiro e foi expulso da Escola Militar, em novembro de 1888, após sair tentando quebrar o sabre e jogando uma carabina ao chão durante a visita do ministro da guerra em revista às tropas. A revista fora ordenada para evitar manifestações de cadetes com a chegada de propagandista republicano da Europa. Euclides da Cunha só foi reintegrado à Escola depois da proclamação da República (cf. Abreu, Regina 1998: 76).

¹ Euclides da Cunha ficou preso na Fortaleza de Santa Cruz no Rio de

Recibido 06-10-2009. Aceptado 10-12-2009

É verdade que o Brasil do início da República dependia basicamente das atividades de exportação de produtos primários como o café e o açúcar², e que crises de origens diversas atingiam os grupos mais poderosos. As regiões açucareiras localizadas no Nordeste, onde a colonização ganhara um moto próprio já no século XVI, sofriam a concorrência da implantação da agro-indústria da beterraba na Europa e do crescimento de novos rivais junto aos mercados dos Estados Unidos da América, como os produtores de Cuba, do Havá e de Porto Rico. As recém instaladas usinas de açúcar, montadas para tentar recuperar os mercados internacionais, desencadearam intensa disputa com os antigos *senhores-de-engenho*, que viveram sua redução à condição de simples fornecedores de cana como se a escravatura os houvesse atingido. Se a abolição os destronou como *senhores-de-escravos*, a reordenação do mercado açucareiro imposta pelas usinas-de-açúcar faria viverem a muitos o novo estatuto como condição servil³.

No caso das *fazendas-de-café*, foi a construção de ferrovias no território entre o Estado do Rio de Janeiro o de São Paulo que permitiu a expansão dos cafezais pelo planalto paulista, substituindo a antiga mata atlântica. As antigas fazendas do Vale do Paraíba do Sul foram assim desbancadas pelos novos estabelecimentos em terras ainda não cultivadas e de maior fertilidade.

Ainda em 1870, 70% da produção brasileira de café provinha do Estado de Rio de Janeiro, enquanto só 20% tinham a mesma origem no final do século. Por conseguinte, as grandes plantações cafeeiras também conheceram um processo de modernização de meios de transporte e de métodos produtivos, provocando uma profunda reestruturação das elites agrárias: a ascensão fulminante dos pioneiros das frentes de expansão rumo ao sudoeste teve por contrapartida a rápida decadência dos “barões do café”⁴. Ainda por cima, a desmonetização do capital imobilizado em escravos não atingiu a todos os senhores igualmente, pois os fazendeiros da frente pioneira foram os primeiros a usar em larga escala imigrantes europeus para substituir a mão de obra servil.

Seria, portanto, ingenuidade pensar o espaço social de finais do século XIX como igual em tudo à morfologia da

2 Segundo Peter Eisenberg (1977: quadro 1, 31) apenas os dois produtos eram responsáveis por 70% do valor das exportações brasileiras entre 1880 e 1900.

3 A disputa entre as usinas-de-açúcar e os antigos engenhos foi um longo combate que se prolongou durante a primeira metade do século XX (cf. Correia de Andrade 1963). Os senhores-de-engenho que deixavam de moer vivenciavam a passagem à condição de fornecedores de cana-de-açúcar como se fossem dotados de *engenhos de fogo morto*, metáfora da impotência sexual. Outra imagem frequente era a de escravos das usinas. Nada melhor para explorar os conteúdos simbólicos dos dramas humanos suscitados por esse processo de que os romances de José Lins do Rego (1987).

4 *Pionniers et planteurs de São Paulo* é o título da obra de Pierre Monbeig (1952) sobre a frente de expansão de fazendas de café em direção ao sul. Stanley Stein (1957) retraxou de forma primorosa o declínio de Vassouras, coração do Vale do Paraíba do Sul, e de todas as “áreas velhas” frente à produtividade superior das “áreas novas” do planalto paulista.

colônia, apenas porque uma aristocracia de plantadores de matérias primas exportáveis continuava a ocupar o alto da hierarquia social e mantinha o espaço econômico e o espaço político voltados fundamentalmente para seus interesses. As classes dirigentes, como os contingentes de trabalhadores braçais, foram atravessadas por crises, deslocamentos e recomposições que alteraram de forma não negligenciável a morfologia social do espaço brasileiro. Mas as novas instituições republicanas, da mesma forma que as existentes durante o Império, não pareciam capazes de abrir novos caminhos que permitissem a reconversão das elites agrárias ameaçadas de declínio. O mal-estar diante desses impasses tomou frequentemente a forma de uma hipersensibilidade à ausência de laços sólidos e estáveis entre os membros da coletividade nacional, encontrando sua expressão mais nítida na queixa de ausência de “consciência nacional”⁵. Este artigo tenta demonstrar a hipótese de que *Os Sertões* constitui uma espécie de parábola contada por Euclides da Cunha, como jovem oficial militar e engenheiro de formação positivista, desiludido com os rumos que a nova República imprimia à vida do país; embora a narrativa se nutra de categorias e temas racistas, onde a mestiçagem aparece como estigma da nacionalidade, este livro pareceu abrir as portas para as obras renovadoras dos anos 30 que iriam “reinventar o Brasil”, tornando-se uma espécie de marco zero da “autêntica cultura brasileira”. O massacre dos adeptos de Antônio Conselheiro, em Canudos, serviria de metáfora do assassinato (ou do suicídio) das forças vivas que poderiam alicerçar a construção da nação brasileira. Através da descrição minuciosa dos horrores da guerra fratricida, o autor sublinha o caminho possível da redenção da nacionalidade: o abandono das facilidades do litoral (ligado à Europa), seguido da busca da compreensão dos indivíduos vivendo nos mais recônditos sertões, assim como das formas de sociabilidade e visões do mundo que engendraram. Um dos sucessos paradoxais desta publicação de 1902, com prognósticos tão pessimistas sobre a evolução da coletividade, não teria sido o de mobilizar os esforços de intelectuais e de políticos para se atingir a imagem promissora, cristalizada nos anos 30-40, de “Brasil, país do futuro”⁶.

5 Alberto Torres, em seus livros da fase nacionalista, desencadeia uma virulenta crítica a todos os setores da elite brasileira, propondo a reconstrução da nação tendo por alicerce a “formação da consciência nacional”. Para a recepção da obra de Alberto Torres até a sua morte em 1917 e sua consagração máxima nos anos 30, ver B. Lima Sobrinho (1968), L. de Castro Faria (2002) e A. Garcia Jr. (1993).

6 *Brasil, país do futuro* é o título do livro de Stefan Zweig durante a era Vargas (editado em agosto de 1941). Essa imagem seria glosada em prosa e verso nas sete décadas seguintes como vaticínio seguro do destino glorioso da coletividade. Contudo, o exame da trajetória do autor mostra que Zweig, em memórias praticamente da mesma época em que se deslocou para o Brasil, se sentia um apátrida, pois, judeu de origem burguesa, teve que abandonar sua Viena natal “como um criminoso antes que fosse reduzida à condição de província alemã”. Frente à fúria nazista, “sua obra literária fora reduzida a cinzas” (Zweig 1993: 10). Fugindo da Segunda Grande Guerra, o que lhe fascinara no Brasil do início dos anos 40 era o elogio da mestiçagem como característica nacional. Stefan Zweig decidiu deixar a vida, junto com sua companheira, a 23 de fevereiro de 1942 em Petrópolis.

Os Sertões : tragédia republicana e mito de origem da nação brasileira

Sem sombra de dúvidas, *Os Sertões* figuram como um dos livros mais significativos de crítica às novas instituições republicanas, denunciadas como um puro produto de importação ou de imitação de modas vigentes na Europa e nos Estados Unidos. Trata-se da narrativa da guerra de Canudos entre 1893 e 1897, quando o exército republicano exterminou todos os homens válidos que haviam se tornado adeptos de um profeta, conhecido por Antônio Conselheiro, em uma pequena localidade do semi-árido da Bahia, sob o pretexto que os fanáticos almejavam a restauração da monarquia recém-derrubada. A análise minuciosa e esmerada da gênese de um profeta, a partir da consideração precisa da sua genealogia, atestando a ascendência ilustre de família abastada do semi-árido do Ceará, passando pelos pormenores de uma vida tranquila até que o infortúnio do casamento -a esposa tendo fugido com oficial da polícia do Ceará- o conduziu a uma vida errante consagrada à penitência. A partir de então, Antônio Mendes Maciel se dedicaria a restaurar capelas, tumbas, cemitérios e outros monumentos religiosos ao longo de um itinerário por vilas, arraiais e antigas fazendas nos recantos mais longínquos de uma zona semi-árida conhecida pela frequência do flagelo das secas periódicas.

No início de sua vida de pregador errante, seus sermões e suas obras de caridade eram apreciadas pelos padres locais e também pela hierarquia religiosa. Nenhum conflito religioso se esboçara no horizonte, nenhuma fatalidade o impelira aos embates violentos da última década do XIX. A imagem de líder espiritual de uma seita de fanáticos - do temido *Antônio Conselheiro* - só apareceu bem depois, quando muitos seguidores vieram se instalar em recanto do semi-árido da Bahia, em área do rio temporário Vasa-Barris, onde outrora uma antiga sede de fazenda de gado fora localizada. A alcunha de fanáticos, para estigmatizar Antônio Conselheiro e os fiéis que o acompanharam, só se impôs após conflitos com autoridades locais por terem arrancado cartazes anunciando novos impostos, por demonstrarem aberta oposição ao casamento civil estabelecido pela República e por terem resistido a várias tentativas da hierarquia religiosa de impor seus mandamentos.

Após a análise detalhada das origens do conflito e da progressiva formação de dois blocos compactos e antagônicos - de um lado "a sociedade nacional" em busca do "progresso" e no rumo da "civilização"; do outro, os "fanáticos" seguidores da nova "seita" fundada por Antônio Conselheiro - Euclides da Cunha fornece um relato, poder-se-ia dizer etnográfico tal a riqueza de detalhes, dos combates armados, das estratégias empregadas por cada adversário, das armas com que contava cada qual no campo de batalha. Tudo se passa como se uma vez a luta armada empreendida, e os mortos e feridos se contando em grande número, nada pudesse alterar os rumos na direção de embates a cada dia mais sangrentos e cruéis.

Cada lado passou a ver o inimigo circunstancial como a encarnação mesma do mal a ser eliminado: para as autoridades políticas, policiais e militares, Canudos tornou-se um reduto de fanáticos religiosos adeptos da monarquia recém derrubada; para os partidários de Antônio Conselheiro, as investidas das forças republicanas estavam a demonstrar como a *lei do cão* tentava se implantar a ferro e a fogo. É curioso verificar o cuidado de Euclides da Cunha ao analisar a implicação dos jornalistas e dos escritores, bem como do discurso dos homens políticos, na construção de uma visão unânime da opinião pública nacional em que o reduto de Canudos teria que ser destruído⁷. A narrativa se encerra com o último ataque do exército republicano e o extermínio de todos os homens válidos do movimento (em torno de 15000), só escapando as mulheres, as crianças e os idosos inválidos. Mesmo aqueles que se renderam quando intimados pelos militares, não sobreviveram à sede de vingança alimentada pelas crueldades mútuas. Nada dá mais o tom de tragédia do que a minúcia de cada batalha.

A narrativa de Euclides da Cunha se baseou em exame de arquivos e em suas próprias observações e registros de seus cadernos de campo⁸, pois fora enviado como correspondente do jornal *Estado de São Paulo* à Bahia, de agosto a outubro de 1897, para que a imprensa publicasse um testemunho direto de batalhas em que o exército nacional não conseguia se impor frente a populações mal nutridas e precariamente equipadas a nível militar. Durante os cinco anos que separam as reportagens de Euclides da Cunha da publicação de *Os Sertões* é a perspectiva mesma do autor⁸ que se alterou profundamente; nada o diz melhor do que a imagem de "*Nossa Vendéia*" para designar Canudos antes de empreender a viagem à Bahia, contraposta à "*Tróia de taipa*" veiculada no livro de 1902. Com efeito, o livro apresenta uma "nota preliminar", datada de São Paulo 1901, que assim qualifica a campanha de Canudos:

"Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo".

(Cunha 1985: 86).

O mesmo julgamento fecha o livro:

"É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades..."

(Cunha 1985: 573).

A reflexão sobre a experiência direta dos combates o levou a conceber como *crime* da nação o que antes saudara

⁷ *Delenda est Cartago*. Refrão dos discursos de Catão que precederam a destruição empreendida pelo exército romano. A necessária destruição de Canudos ocorreu primeiro como um acordo da « opinião pública » nacional para depois transformar-se em massacre no campo de batalha. A violência simbólica foi concomitante, ou precedeu os episódios finais, de violência física sem freios.

⁸ Regina Abreu (1998) estudou o itinerário profissional de Euclides da Cunha e realizou uma excelente análise das condições de produção da obra maior de Euclides da Cunha. Walnice Galvão (1976) e Alfredo Wagner Berno de Almeida (1977) chamaram a atenção para a mudança das categorias de percepção do autor antes e depois de sua presença no campo de batalhas.

como vitória da República sobre um bando de fanáticos. Em 1897 enviara a Campos Sales, então presidente do Estado de São Paulo, os seguintes telegramas que atestam sua primeira percepção dos eventos:

"Monte Santo, Setembro 12

A nossa artilharia, no dia 5 do corrente, derrubou as torres da igreja nova de Canudos. As forças legais tomaram aos jagunços, no dia 7, a grande trincheira que protegia a estrada de Cambaio e da Fortaleza Velha. Animação geral. Saúdo o eminente chefe republicano"

"Monte Santo, setembro 29

Dentro de poucas horas Canudos estará em poder das tropas republicanas. Os fanáticos estão todos concentrados no santuário da igreja nova. Viva a República"
(Cunha 1939: 158)

Ao se deslocar para o teatro das operações, seu olhar estava informado pela ótica de fervoroso republicano que assimilara os embates de Canudos aos levantes dos *chouans* da Vendéia buscando a restauração da monarquia após a Revolução francesa de 1789. Em um primeiro artigo, de 14 de março de 1897, traçou um paralelo minucioso dos dois movimentos:

"O homem e o solo justificam assim de algum modo, sob um ponto de vista geral, a aproximação histórica expressa no título desse artigo. Como na Vendéia o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitada pelos propagandistas do império.

A mesma coragem bárbara e singular e o mesmo terreno impraticável aliam-se, completam-se. O chouan fervorosamente crente ou o tabaréu fanático, precipitando-se impávido à boca dos canhões que tomam a pulso, patenteiam o mesmo heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados. A justeza dos paralelos estende-se aos próprios revezes sofridos. A Revolução Francesa que se aparelhava para lutar com a Europa, quase sentiu-se impotente para combater os adversários impalpáveis da Vendéia - heróis intangíveis que se escoando céleres através das charnecas e prendiam as forças republicanas em inextricável rede de ciladas... Entre nós o terreno, como vimos, sob um outro aspecto embora, presta-se aos mesmos fins. Este paralelo será, porém, levado às últimas consequências. A República sairá triunfante desta última prova".

(Cunha 1939: 167)

A mudança de postura frente à guerra de Canudos foi fruto não só do pensar *a posteriori* sobre a crueldade das batalhas, em certo sentido algo de familiar para um jovem oficial militar, como da desilusão crescente com a República recém proclamada. Os *Sertões* tem certamente um sabor de autocrítica: o autor fazia parte de reduzido círculo de positivistas, formados na Escola Militar e na Escola de Engenharia Politécnica do Rio de Janeiro, responsável pelo movimento militar de 15 de novembro de 1889, que condenou o segundo imperador ao exílio. Por sinal, graças às mudanças políticas, é que pudera rein-

tegrar as fileiras do exército depois de afastado por ato público de insubordinação frente a seus superiores na defesa de suas convicções⁹. O relato da guerra de Canudos serviu de cenário para formular uma crítica à "República de importação", cujas instituições haviam sido moldadas sob a inspiração de constituições estado-unidenses e européias. Não há dúvidas que se trata de livro em que a restituição meticulosa das sequências dos eventos, a busca constante de situar os combates na perspectiva de diferentes atores, o senso da narrativa trágica, tornam sua leitura uma referência exemplar e obrigatória para o conhecimento de movimento messiânico: o historiador inglês Eric Hobsbawn, em *Rebeldes primitivos*, a ele se refere como um dos melhores trabalhos disponíveis na literatura internacional sobre messianismo¹⁰. A objetivação da posição do autor diante do campo político e do campo intelectual brasileiros, bem como de suas categorias de pensamento, tornam ainda mais interessante o entendimento dos paradoxos desta narrativa tão singular na literatura brasileira¹¹. O estudo da crítica que acolheu esta obra, feito por Regina Abreu, mostra não só o caráter extremamente elogioso da recepção, como seu enquadramento enquanto um gênero de *epopéia* que poderia servir de *parábola* da própria história brasileira: o desconhecimento dos compatriotas que viviam nos mais recônditos sertões, a vergonha diante da rusticidade dos estilos de vida ali prevaescentes, a ansiedade de atingir os padrões de *civilização* exibidos pela Europa, conduziam as autoridades públicas a desencadear um massacre contra populações mal compreendidas. Fundada graças a tal "crime", a República não poderia ser o vetor de fazer chegar ao espaço brasileiro as conquistas da "civilização"¹². Só voltando-se para o lado oculto da coletividade, para o interior do país, bem longe do litoral ligado à Europa, é que a nação encontraria a via de sua redenção.

Falta de unidade nacional: uma questão racial?

O exame mais detido do livro demonstra o quanto foi inspirado nas teorias propostas por Hippolyte Tayne. Antes de abordar cuidadosamente a análise do movimento messiânico, objeto da última parte dedicada à "luta", o autor estudou minuciosamente os determinantes do meio físico. Na parte intitulada "a terra", Euclides da Cunha utilizou todos seus conhecimentos de geologia e de geografia, derivados de sua formação de engenheiro, para acentuar como o meio físico e o clima inclementes, impondo uma paisagem rude e marcada por secas periódicas e grandes variações climáticas, constituem obstáculos à evolução social e cultural das populações

9 Ver nota 2.

10 cf. Eric Hobsbawn 1971.

11 Para a análise da recepção da obra ver Abreu (1998).

12 O gênero *epopéia* serviu frequentemente de marco da originalidade de uma civilização. Isso é fato na consideração da *Iliada* e da *Odisseia* para os gregos, da *Eneida* para os romanos. A classificação de *Os Lusíadas* no mesmo registro há muito funciona como marco da singularidade da civilização portuguesa. Atribuir o epíteto de *epopéia* a *Os Sertões* é prática cuja significação não está isenta de servir de marco inicial da singularidade da "civilização" ou da "cultura" brasileira.

viventes nessas paragens. Em seguida, Euclides da Cunha estudou a composição racial da população dos sertões, na segunda parte consagrada a "o homem". Estas duas primeiras partes são as mais abandonadas nas leituras recentes, que consideram ultrapassadas as reflexões aí apresentadas, sobretudo a segunda que faz largo uso dos modelos racistas, tão em voga no final do século XIX. Contudo, basta uma leitura atenta da obra como um todo, para que se note que não só o determinismo físico, como o determinismo biológico, desempenham um papel básico em toda a trama. Observe-se mesmo que a questão fundamental examinada pelo autor é justamente a da ausência de unidade racial no Brasil. É que a ausência da unidade da nação, enquanto unidade de raça, poria em risco a perenidade do coletivo; sem a unidade que asseguraria a evolução, o risco encorrido é o do desaparecimento :

"Não temos a unidade de raça. Não a teremos talvez nunca. Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos. A afirmativa é segura".

(Cunha 1985: 145)

As últimas frases citadas são reveladoras do paradigma de "struggle for life", da seleção natural das espécies, tão característica do evolucionismo como modelo científico dominante do XIX¹³. Por sinal, a falta de unidade racial da população brasileira era considerada como o fator chave na explicação da ausência de unidade nacional. Euclides da Cunha, de modo algum, significava uma exceção entre os escritores e intelectuais das gerações entre 1870 e 1930: os debates sobre a identidade nacional conferem ampla primazia à ausência de unidade racial¹⁴. Como Euclides, muitos escritores valiam-se dos esquemas propostos pelo Conde de Gobineau, por Vacher de Lapouge, além de Glumpowicz. Havia nesses modelos a percepção de uma hierarquia rígida entre as "raças", afirmando a superioridade dos "brancos" de origem européia sobre os "negros" de origem africana e os "índios" autóctones. A miscigenação, a mistura das raças, era terrivelmente condenada porque se supunha que engendraria a degenerescência da espécie. Infalivelmente atribuía-se ao Brasil, com uma população fortemente composta por mestiços, um destino inferior no concerto internacional das nações. O melhor da "civilização" não poderia ser apropriado por degenerados.

Nos *Sertões*, conservou-se a concepção da inferioridade natural de um povo composto por mestiços, mas toda a obra é constituída sobre uma distinção básica no interior da categoria de mestiços: Euclides da Cunha opõe os

13 Luiz de Castro Faria (2002) ressalta o evolucionismo como um paradigma científico que marcou profundamente o pensamento social brasileiro entre 1870 e 1930.

14 Para o estudo desses debates sobre os primórdios de identidade nacional e a questão racial, consultar a excelente monografia de Lilia Schwarcz (1995), *O espetáculo das raças*.

mestiços do litoral – *mulatos*, originários de casamentos, ou de cruzamentos, de brancos e negros - aos habitantes dos sertões, ou *curibocas*, originários de genitores brancos e índios. Em certo sentido, a ecologia inclemente dos *sertões* obrigou a "sub-raça" aí constituída a evoluir de forma diferencial dos "mulatos indolentes" do litoral. Estes são qualificados de "degenerados" enquanto os *curibocas* do semi-árido seriam apenas indivíduos "retrógados". Nada mais explícito do que as palavras do próprio Euclides da Cunha:

"Este fato destaca fundamentalmente a mestiçagem dos sertões da do litoral. São formações distintas, senão pelos elementos, pelas condições de meio. O contraste entre ambas ressalta ao paralelo mais simples. O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente. É um retrógado, não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram, na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo, preparam-no para a conquistar um dia.

A sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. Aquela raça cruzada surge autônoma, de algum modo, original, transfigurando pela própria combinação, todos os atributos herdados; de sorte que, despeada afinal da existência selvagem, pode alcançar a vida civilizada por isto mesmo que não a atingiu de repente.

Aparece logicamente".

(Cunha 1985: 177)

Por conseguinte a afirmação forte, para qual as duas primeiras partes preparam o espírito do leitor, é a que se formou no meio físico inóspito dos *sertões* um embrião de nova raça forte, originária de cruzamento de brancos com índios, que poderia aceder à "civilização", se conseguir ficar preservada como espécie à parte durante o tempo necessário à sua evolução psíquica. A luta constante contra um meio difícil teria provocado a evolução dessa variedade de mestiços rumo à constituição de uma nova raça, destinada a figurar junto às raças superiores¹⁵. Observa-se assim que o relato da guerra de Canudos assume proporções bem maiores na discussão do destino do povo brasileiro frente a "civilização".

Formara-se o embrião de nova raça no semi-árido do Brasil sem qualquer proteção de forças sociais ou políticas; suas metas estavam confusas e seu comportamento parecia exótico e desprovido de racionalidade, mas o vigor e a manha esperta demonstradas no calor de batalhas cruen-

15 Note-se que ao privilegiar a mestiçagem de brancos com índios como a mais característica da brasilidade, Euclides da Cunha se inscreve no imaginário consagrado por José de Alencar, pois em um de seus romances mais célebres, *Iracema*, o filho da heroína, Moacir, é descendente de pai branco e mãe índia.

tas eram os índices mais eloquentes do surgimento de nova raça destinada a evoluir rumo ao patamar superior. De fato, apenas essa nova raça poderia dar à nação sua unidade e assegurar-lhe a conquista dos benefícios propostos pela “civilização”. A tragédia de Canudos serviria então de metáfora da ameaça que pesava sobre o futuro redentor da nação brasileira: as forças republicanas, iludidas “por uma civilização de empréstimo”, teriam liquidado os únicos mestiços capazes de proporcionar a evolução no rumo de um verdadeiro progresso. A república de importação, incapaz de assegurar a marcha evolutiva, liquidara à bala os pouquíssimos índices promissores de uma coletividade vigorosa no futuro.

A crítica mais dura e sem complacências, Euclides da Cunha a reservou para suas próprias hostes, para os adeptos de suas próprias convicções anteriores: na nota preliminar datada de São Paulo, 1901, atribui a si e aos seus conterrâneos o qualificativo de “mercenários inconscientes”:

“A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto e temo-la realizada nós, filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã - tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. (...) Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo”.

(Cunha 1985: 86)

O episódio de Canudos fora assim transformado num primeiro embate da longa luta imposta pela evolução da espécie humana. Para que a coletividade possa sobreviver, o “nós” proposto pelo autor precisaria deixar a posição de mercenário sem consciência do sentido de seus atos, e se voltar para a compreensão daqueles “*extraordinários patricios pelo solo em parte desconhecido*”, pois “*deles de todo nos separa uma coordenada histórica - o tempo*” (Cunha, 1985: p. 86).

A narrativa, portanto, encerra uma mensagem límpida e singela: o Brasil só poderia reconstituir suas raízes se voltando decididamente para as populações desprovidas do interior do país; o que significa, simultaneamente, tomar distância dos rumos imperantes no litoral atlântico, desde sempre veiculado à Europa¹⁶.

16 Mais do que à Europa, era tomar distância dos cânones impostos por Paris, então centro polarizador de maior força no plano internacional. Anne-Marie Thiesse (1999) demonstra que tal esquema foi característico da maior parte das culturas nacionais européias formadas durante o século XIX. Norbert Elias (1973) estudou a cristalização da cultura alemã através da oposição de escritores e artistas dispersos em pequenos reinados diante do caráter mundano da “civilização” característica da sociedade de corte francesa. A significação mesma da oposição entre “cultura” e “civilização” para os escritores alemães repousaria nessa história social diferencial de pequenas cortes alemãs contrapostas ao esplendor da corte francesa

“Tróia de taipa”: profecia redentora?

A consagração do autor através dessa publicação, manifesta em sua entrada imediata no Instituto Histórico e Geográfico e na Academia Brasileira de Letras, assim como nos elogios da crítica de Silvio Romero e Araripe Jr, escrutinados pela análise lúcida de Regina Abreu (1998), transformou *Os Sertões* em um dos livros, ou no livro, de referência do nacionalismo cultural brasileiro. Pode-se dizer que passou a figurar como mito de origem da nação brasileira¹⁷, a justificar os mais diversos empreendimentos intelectuais e políticos ao longo do século XX. Este foi particularmente o caso a cada vez que o Estado brasileiro se lançou em “marchas para o oeste” buscando integrar todo o território nacional: operação iniciada com Getúlio Vargas em 1937, ela tem vigoroso impulso na transferência de capital da República para Brasília em 1960, ou ainda quando os militares tentaram diminuir o impacto social das secas em 1970, construindo a Transamazônica e promovendo a migração maciça para a área da antiga floresta equatorial.

Este mito de origem da nação ordenou também as competições e os esforços propriamente culturais, pois era o desconhecimento (a “inconsciência”) das origens da inferioridade por relação às nações européias que provocava o sacrifício das partes mais originais e vigorosas da nova nação. Este mito impunha também fronteiras explícitas¹⁸: a simples importação de esquemas explicativos ou normativos em moda na Europa não poderia contribuir para assegurar o uso apropriado do conhecimento científico e da elaboração cultural característicos das “nações civilizadas”. Uma “Tróia de taipa”¹⁹ exige ser reconstruída, para estar à altura dos clássicos da humanidade.

É fato que este livro pioneiro do nacionalismo cultural brasileiro conserva a concepção da inferioridade dos povos mestiços. Apenas depois da “revolução de 1930”, favorecida pelas múltiplas transformações econômicas, políticas e culturais, houve uma revalorização da mestiçagem como símbolo mesmo da nação, onde Gilberto Freyre, com *Casa Grande e Senzala* (1933), teve um papel fundamental. Pode-se mesmo observar que o sucesso da revalorização da mestiçagem foi tal que eclipsou a absoluta hegemonia das categorias e modelos racistas

17 Usamos aqui a expressão “mito de origem” como a consagrou a análise estrutural de mitos (ver Lévi-Strauss 1958, da Matta 1970).

18 Em *Formação das Almas*, José Murilo de Carvalho (1990) mostra a importância dos artistas e intelectuais positivistas na criação do imaginário brasileiro republicano. A análise da introdução de Tiradentes e de sua iconografia no panteão de heróis é magistral. Cremos que a mesma tese tem validade para *Os Sertões*.

19 A metáfora de « Tróia de taipa », para se referir a Canudos, parece estabelecer pontes tanto com a *Iliada* como com a *Eneida* de Virgílio. Como é sabido, os combates são a matéria da *Iliada*, mas a queda de Tróia só foi tematizada por Virgílio, como ponto inicial do périplo de Enéias. Os sobreviventes de Tróia tornam-se, nessa segunda epopéia, os ascendentes dos romanos. A batalha perdida no presente é prenúncio de glória no futuro. “Tróia de taipa” e “país do futuro” parecem portanto menos antinômicos do que se diria à primeira vista; a debilidade perceptível do presente é prenúncio da potência futura. Os males do presente prefiguram a grandeza do futuro.

para pensar a coletividade prevalecente no período 1870-1930. Mas não é obra do acaso, como se pode verificar pelo prefácio de Gilberto Freyre ao *Canudos - Diário de uma expedição* de Euclides da Cunha de 1939, se este último autor reconhece, em seu predecessor, o estímulo a buscar na história social os fundamentos de itinerário específico, ou de "atraso", da nação brasileira e liquidar o paradigma que impunha a necessidade do "branqueamento da raça":

"Resistir quando todos desistem. Resistir sempre. Clamar no deserto. Clamar pelo deserto. De modo que é Euclides, mais que a paisagem, que transbordada do livro científico de Os Sertões, tornando também um livro de poesia, uma espécie daqueles romances de Thomas Hardy, em que a paisagem está sempre entre os personagens do drama, uma como mensagem de profeta preocupado, como outrora os hebreus, com os destinos de sua gente e com as dores de seu povo. Preocupado com destino e com essas dores através de paisagem sertaneja, para ele menos um tema de materialismo geográfico que um problema do que hoje se chamaria ecologia humana. Também um problema de política e de ética".

(Cunha 1939: VII-VIII)

Apenas após a revolução de 1930, com as transformações políticas, econômicas e culturais promovidas pelas novas elites chegando ao poder, que a mestiçagem tornar-se-á um trunfo da coletividade nacional, uma característica fundamental reivindicada como símbolo do conjunto, motivo de orgulho dos brasileiros. O sucesso da empresa de valorização da mestiçagem foi tal que eclipsou completamente a hegemonia das categorias racistas, entre 1870 e 1930, que inscreviam a inferioridade histórica do Brasil no plano internacional na natureza biológica de seu povo, tornando um estado momentâneo da concorrência internacional um fato eterno, destituindo a coletividade de chances de presente e de futuro, pela percepção de seu passado como fusão de "três raças tristes". Mas seria a mestiçagem capaz de diluir as hierarquias sociais e os poderes acumulados por descendentes de europeus desde os primórdios da colonização, assegurando espaço político que possa ser percebido como "democracia"?

O enraizamento do sentimento nacional através das "interpretações do Brasil"

Os anos de 1930 ficaram conhecidos pelas profundas mudanças econômicas e políticas que ocorreram nessa década, mas foi também nessa época que novas formas de pensar a coletividade nacional se impuseram. Um dos mais notáveis historiadores da literatura brasileira, titular da Universidade de São Paulo, Antônio Cândido, em prefácio à edição de *Raízes do Brasil* de 1967, após o golpe militar de 1964, prestou seu testemunho sobre três livros que mudaram a forma de pensar o Brasil de toda sua geração:

"A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, pois o nosso testemunho se torna o registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais de sua época. Então, registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão do mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar.

Os homens que estão hoje um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e em função de três livros : Casa-grande e senzala, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio [do sexto ao nono ano de estudo] ; Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar [até o décimo segundo ano de estudos] ; Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos no escola superior. São esses os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo. Ao lado de tais livros, a obra por tantos aspectos penetrante e antecipadora de Oliveira Vianna já parecia superada, cheia de preconceitos ideológicos e uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais."

(Sérgio Buarque de Holanda 2006: 235-236).

É bem verdade que os jovens da geração de 1930 formaram-se a partir de outras questões e outras categorias de pensamento para refletir sobre o passado e o destino da nação brasileira. Foram favorecidos em particular pelo mercado editorial em forte expansão e tiveram acesso à formação sistemática nas universidades criadas nessa época, a partir da implantação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, graças à contribuição de missões européias (cf. Cardoso 1982; Miceli 1995; Pontes 1998). O pensamento sobre a nação muda, mas também mudam os instrumentos de elaboração e de circulação dos textos que veiculam este novo pensamento. As novas idéias só puderam ser formuladas e transmitidas em larga escala porque a edição e a distribuição dos escritos conheceram um impulso sem precedentes. A condição de escritor avança rápido em direção à profissionalização. Antes de refletir sobre a contribuição das obras paradigmáticas já referidas, convém analisar brevemente transformações mais gerais ocorridas ao longo desta década.

Crises econômicas e políticas e a ascensão de Getúlio Vargas

Deve-se assinalar que a deposição do presidente Washington Luís, em outubro de 1930, por meio de um levante

militar que eclodiu simultaneamente no extremo sul (Porto Alegre), no nordeste (Paraíba capital, Recife) e no centro (Minas Gerais), não foi um produto de um grupo de profissionais com uma ideologia e um programa definidos previamente. Este movimento, chefiado por Vargas, aglutinou forças bastante heterogêneas e diversificadas que só se uniram para derrubar um inimigo comum²⁰. São as hesitações após a vitória do levante sobre o que fazer em seguida, sobre as orientações que permitiriam dar coesão e sentido aos diferentes grupos mobilizados, que atestam como o debate sobre os rumos da coletividade nacional estimulou poderosamente a redação de obras inovadoras após a mudança dos círculos dirigentes. Contrariamente à questão recorrente nos anos 50 e 60 sobre o “caráter de classe da Revolução de 1930”, o que supõe aceitar que haja um agente coletivo que coordenou e dirigiu todas as operações em uma só direção, é necessário começar por compreender que o sucesso do levante armado supôs a sincronização de várias crises de origens diferentes, crises que debilitaram o poder central da República e provocaram a mobilização de atores sociais com interesses distintos e diversificados, além de estimular a dúvida sobre a validade dos esquemas de pensamento sobre a coletividade. O fato de Vargas ter estado à cabeça do Estado brasileiro, de outubro de 1930 a 1945, não pode servir de demonstração de que fosse o único “guia espiritual e político” a orientar os destinos do Brasil durante uma década e meia, indo da crise de 1930 ao fim da segunda guerra mundial.

É preciso reconstituir os modos de funcionamento do campo político da Primeira República (1889-1930), sua relação com o domínio econômico e com a morfologia social do Brasil, para se entender como se cruzaram tendências antigas com movimentos recentes, provocando um colapso geral nos modos de gerir conflitos de interesse, fossem políticos ou econômicos. O que unia os novos dirigentes era uma rejeição de práticas que queriam ver ultrapassadas, de algum modo um projeto de futuro para a nação.

Antes da crise de 1929, a economia brasileira não se apresentava como um sistema integrado por partes interdependentes distribuídas ao longo de um vasto território, mas como um arquipélago (Théry 2000), composto por ilhas reagrupando grandes plantações de produtos tropicais destinados ao mercado mundial, sem que houvesse vínculos permanentes de complementariedade entre as várias regiões, às vezes sequer comércio e vias de comunicação regulares. Isto permite entender que crises de superprodução de produtos primários, com enormes baixas de cotação internacional das mercadorias vendidas, existiram desde a segunda metade do século XIX, mas nunca haviam sido ressentidas em todos os lugares simultaneamente, nem provocaram o mesmo sentimento

de crise generalizada. Ora, após o crash de 1929, todos os mercados de produtos primários exportados pelos brasileiros foram atingidos em breve lapso de tempo. Assim, a crise do café, que representava 70% dos rendimentos de exportação, esteve concentrada no centro-sul do país, particularmente em São Paulo, enquanto a crise do açúcar atingiu a zona da mata do nordeste, a crise do cacau o sul da Bahia, a crise da borracha a Amazônia, em lista não exaustiva. Cada produto estava vinculado a circuitos diferentes de comercialização, embora todos estavam voltados para comerciantes atacadistas ou bolsas de mercadorias situadas “no exterior”. Embora muito diversificados se considerarmos a história de cada lavoura, as orientações políticas dominantes em cada trecho do território, ou mesmo religiosas (malgrado a hegemonia incontestada da Igreja Católica), todos os gêneros de donos de *plantation* podiam apontar como origem de suas dificuldades a “subordinação ao estrangeiro”. Se a lavoura do café foi a pioneira em pedir a proteção do Estado, uma após outra categoria de grandes plantadores buscou se abrigar sob o manto do Estado Federal para enfrentar a “crise internacional” que a todos atingia. Se a retórica anti-capital estrangeiro foi quase unânime, é que ela está menos associada a atores bem identificados e homogêneos, do que é sinal da opacidade e do desconhecimento dos modos de operação dos circuitos mercantis internacionais. A concorrência predatória entre os donos de *plantation* era assim exorcizada através da imputação dos males “ao estrangeiro”.

Já a crise política estava ligada a duas componentes principais, ambas relacionadas à fragmentação dos poderes estatais durante a Primeira República (1889-1930). Desde a derrocada do Império, provocada por oficiais militares, não teve sucesso a implantação de Estado centralizado a partir da capital, Rio de Janeiro; para estabilizar a República, o compromisso se fez sob a forma de estados federativos que se justapunham, cada unidade política da federação dispoñdo de larga autonomia. O governo da União, no Rio de Janeiro, era bastante frágil embora ocupasse o ápice da pirâmide, pois cada estado dispunha de suas próprias forças policiais (só o Exército e a Marinha eram corporações nacionais), podia contrair empréstimos internacionais (embora uma só moeda pudesse ter curso no território nacional), podia lançar impostos sobre os produtos exportados, além de cada estado dispor de sua magistratura, de estabelecimentos de ensino e normas para estruturar um sistema educativo, etc.(cf. Fausto 1970). A força relativa de cada estado dependia das atividades econômicas de seus territórios e de poucos recursos dispunha o governo central (Presidência da República) para reequilibrar o peso atingido por diferentes unidades. Não é de causar espanto que os estados mais fortes (São Paulo e Minas Gerais) fossem também os mais ricos em rendimentos provenientes de lavouras de exportação, exercendo uma hegemonia sem contrapeso sobre o governo federal. Mesmo os partidos políticos, como o Partido Republicano, eram estruturados por estado, inexistindo organismos políticos que pudessem operar

20 Pierre Bourdieu (1984) apresentou um modelo compreensivo dos eventos de « Maio de 1968 » na França a partir da análise de sincronização de crises de origens sociais diferentes. Esse princípio explicativo parece ser aplicável a numerosas rupturas revolucionárias.

de forma coesa em bases nacionais. Assim, passados os virulentos conflitos que se seguiram à proclamação da República, desde 1894 implantou-se a “política dos governadores”, permitindo que as elites políticas de São Paulo e de Minas Gerais se alternassem no exercício da presidência da República.

Ora, a supremacia de São Paulo, onde estavam concentradas as plantations de café, tornou-se de tal monta que aquele estado implantou sozinho uma política de controle da oferta do café em mercados internacionais, contraindo empréstimos para financiar a estocagem, fazendo acordos com grandes firmas internacionais de exportação e importação, até mesmo financiando a imigração de europeus para enfrentar a presumida “falta de braços para a lavoura” após a abolição da escravatura (cf. Holloway 1978). Para assegurar a eficácia de suas políticas de valorização do café, as elites de São Paulo foram levadas a buscar controlar a política cambial, causando um profundo ressentimento nos demais estados da federação, que percebiam tais práticas como uso exclusivista do poder central, ou mesmo de descaso pelas unidades mais frágeis da federação.

Esse sentimento de relegação tornou-se revolta aberta em 1929, quando o presidente Washington Luís, cuja carreira política tinha sido feita a partir de São Paulo, designou como candidato à sua sucessão outro político da mesma origem geográfica, infringindo o acordo tácito de alternância com Minas Gerais, estado que concentrava o maior número de eleitores e que ocupava o segundo lugar no terreno econômico. Em represália, políticos mineiros suscitaram a candidatura de Getúlio Vargas, então “presidente” do Rio Grande do Sul, o terceiro estado mais importante da federação. A chapa de oposição foi completada com o “presidente” da Paraíba “pequenina e boa”, estado de terceira ordem, situado no nordeste. Esta aliança política entre o extremo sul e um pólo frágil do norte, com apoio velado de Minas Gerais ao centro, tinha evidentemente poucas chances de ser vitoriosa em termos eleitorais, parecendo ter sido estabelecida para tornar claro aos políticos paulistas que seu exercício do poder central era por demais exclusivista. Com efeito, as eleições de março de 1930 foram vencidas pelo candidato apoiado por São Paulo; nenhuma contestação imediata dos resultados assumiu a forma de apelo às armas. Depois de marchas e contramarchas, de muita hesitação, Getúlio Vargas só se decidiu pelo levante armado quando João Pessoa foi assassinado em 26 de julho de 1930; Vargas julgou que o tratamento implacável dos adversários seria a tônica do próximo mandato presidencial, o crime que vitimou João Pessoa era no mínimo um aviso que estaria reduzido à impotência nos jogos federativos dos anos seguintes. Mesmo assim, ultimou os preparativos do levante conservando o privilégio de decidir a data de sua ocorrência, nada deixando transparecer no dia-a-dia da política.

Mas se a Revolução, como os adeptos do movimento

nomearam sua empresa, foi vitoriosa é porque ela pode se apoiar em algo mais do que elites dissidentes contrárias ao domínio de estados poderosos, graças a acordo com os jovens tenentes que deram origem a sucessivos levantes contra o poder central da República desde 1922. Essa componente do espaço político demonstra a existência de crise mais remota e duradoura, pois ela se manifestava pondo em xeque o monopólio da violência física em mãos dos dirigentes do Estado federal. A partir de 1922, jovens oficiais do Exército, ou simples cadetes finalizando a Academia Militar, pegam em armas desafiando o centro do poder republicano, para contrapor aos usos patrimonialistas do Estado um projeto de moralização dos procedimentos eleitorais (adoção do voto secreto, etc.), de definição de usos públicos das finanças e dos serviços do Estado (contenção do clientelismo) e políticas de identificação e valorização de recursos naturais (minérios, hidro-elétricos, vias de transportes, etc.). A motivação profunda de tais levantes também dependeu de carreiras bloqueadas pela dificuldade de financiar a expansão da corporação, mas não se pode esquecer que o Exército, excetuando-se a Igreja Católica, constituía o único corpo de funcionários do Estado cuja carreira implicava em deslocamentos por todo o vasto território brasileiro, conhecedores das mazelas da gestão de recursos públicos. A fragilidade dos poderes públicos diante de interesses particularistas, ou ainda frente a cobiça previsível de potências imperialistas em explorar jazidas minerais ou outros recursos naturais, era patente para os jovens oficiais. A busca da força da corporação confundia-se aos olhos de muitos com a valorização da nacionalidade, no plano externo e no plano interno. As revoltas de jovens oficiais retomaram seu vigor em 1924, quando eram julgados os processos referentes aos levantes de 1922, chegando os revoltosos a se apoderarem da cidade de São Paulo e, quando não mais puderam resistir ao cerco, foram encontrar colegas que haviam se levantado no extremo sul, daí empreendendo uma longa marcha até o Norte, com a esperança de minarem as bases do poder central. Ao voltarem ao Sul, acabaram por se exilar na Argentina, depois de três anos (1924-27) de sucessivos combates com todo tipo de forças leais ao poder central. A experiência da Coluna Miguel Costas-Prestes, como ficou famosa, tornou evidente que as proezas militares foram acompanhadas de fracasso político de mobilizar as populações das regiões por onde transitavam. Também essa componente mais radical do espaço político teve que interiorizar o fato que sozinha não alteraria as bases do poder político, a busca de alianças com outras forças foi uma constante desde então; daí a aproximação com Getúlio Vargas e seu braço direito, Oswaldo Aranha, para a tomada do poder central pela força. Mas a longa hesitação de Getúlio Vargas, bem como dos principais líderes políticos de Minas Gerais e mesmo a decidida oposição à via armada por João Pessoa, segundo o depoimento de seu braço direito, José Américo de Almeida (embora tal não parece ter sido o caso do tio, o ex-presidente Epitácio Pessoa), demonstra que nenhum determinismo impediu esta aliança de componentes diferenciadas do

espaço político, uns acostumados aos embates eleitorais, outros à guerra aberta, em direção à conquista do poder central da República pelas armas.

Leve-se ainda em consideração que embora não houvesse mobilizações urbanas de apoio aos combates empreendidos pela Coluna Miguel Costa-Prestes, os revoltosos suscitaram simpatias em muitos meios, sobretudo nas crescentes camadas médias urbanas (funcionários públicos, pequenos industriais, artesãos e comerciantes, técnicos e operários industriais, etc.), que se sentiam à margem dos jogos de poder do República pela ocorrência das fraudes eleitorais sistemáticas, pelo controle do voto do campesinato submetido à dominação personalizada de “senhores da terra” enobrecidos como “coronéis” e “majores” da Guarda Nacional (jovens oficiais do Exército eram particularmente sensíveis à organização descentralizada da violência em mãos dos “coronéis” das zonas rurais), pelo uso frequente dos recursos públicos para servir interesses privados (sobre o Estado patrimonial ver Raimundo Faoro 2001). Portanto, a diversidade dos interesses em oposição ao poder central, contra a hegemonia dos plantadores de café de São Paulo, explica a trama complexa de alianças de última hora, entre forças tão heterogêneas cujo ponto de convergência principal era o objetivo de derrubar um inimigo comum. Menos surpreendente, por conseguinte, é constatar a ausência de programa político a orientar o exercício do poder após a vitória, e o surgimento de conflitos agudos entre aliados da véspera. É essa atmosfera nebulosa que vai constituir um clima propício a suscitar a edição de obras audaciosas e inovadoras, junto com a retomada de livros de circulação restrita no passado. O testemunho de Barbosa Lima Sobrinho, participante da revolução de 1930, sobre o contexto de reedição das obras de Alberto Torres, crítico virulento da fragilidade do Estado republicano e da economia nacional, causadas segundo ele pela “ausência de uma consciência nacional”, diz bem como a falta de rumos precisos para a coletividade nacional favoreceu a difusão de pensamentos inovadores:

“Os revolucionários de 1930 sentiram rapidamente a insuficiência de seus planos de governo, o desentrosamento de tendências e a ausência de projetos que justificassem o apelo às armas. Chegavam ao poder de mãos vazias, com uma veemente condenação do passado e promessas delirantes para o futuro, mas sem dar a essas manifestações nenhum conteúdo positivo. Como todas as revoluções, a de 1930 acreditava que bastava substituir os governantes antigos pelos novos e que tudo estaria resolvido, como ao toque de uma varinha mágica. Não chegavam a ver que a coligação de oposições é como uma soma de “nãos”, que acabam se opondo e se combatendo uns aos outros, quando querem transformar-se no “sim” dos programas construtivos (...)

Não tinha (Virginio Santa Rosa em O sentido do tenentismo) medo de falar em reforma agrária e citava

Saint-Just, que dizia ‘ceux qui font les révolutions à demi, ne font que creuser leurs tombeaux’. Num ponto, entretanto, estavam todos de acordo - e nesse ponto é que se identificavam com Alberto Torres, que todos eles liam e meditavam- a Constituição de 1891 fora ultrapassada pelas realidades. E o Brasil precisava de uma carta política que estabelecesse e regulasse os poderes dos órgãos de governo, de modo a encaminhar reformas que todo o país reclamava, profundas reformas sociais e econômicas (...) Getúlio Vargas simpatizava mais com as teses tenentistas do que com os programas mais ou menos reacionários dos velhos partidos tradicionais que iam ressurgindo com os elementos antigos, trocando, apenas, uma ou outra tabuleta. Verdade que os tenentes queriam reformas em ritmo acelerado. E Getúlio Vargas preferia ir devagar, manhosamente (...) Foi nessa hora inquieta e tumultuária, nessa hora de revulsão de problemas e de soluções, que a obra de Alberto Torres ressurgiu, como visão de realismo e de doutrinação e como pesquisa de reformas práticas. Ressurgiu, inicialmente, com a republicação dos livros que havia escrito”.
(Lima Sobrinho 1968: 495-507).

As novas elites dirigentes foram confrontadas a diferentes desafios que provocaram o reforço da construção institucional do Estado nacional e a expansão de suas atividades em escala sem precedentes. A unificação econômica das diferentes economias regionais, justapostas umas ao lado das outras, mas não interligadas como subsistemas interdependentes, parecia ser tarefa que só poderia ser promovida por um Estado nacional reforçado, capaz de dotar a coletividade de um vasto mercado interno, como Karl Polanyi estudara para a Grã-Bretanha do século XIX (Polanyi 1971), construindo os fundamentos de uma industrialização durável e retro-alimentadora de seu dinamismo. Por outro lado, reforçar o Estado central diminuindo as margens de autonomia dos estados federados permitia dar coerência e coesão a antigas estruturas provinciais e assentava as pedras angulares do poder das novas elites junto à administração central, originárias de Estados de segunda ou terceira ordem no espectro da federação brasileira. Empreendimento tão mais urgente quanto era indispensável organizar um contrapeso à supremacia de São Paulo durante a primeira República, sobretudo após o levante separatista de 1932.

Por último, a nova amplitude das atividades econômicas e políticas implicava em uma unificação simbólica e cultural em país de enorme diversidade social e cultural. Como demonstrou Sérgio Miceli (1981), o interesse dos escritores e demais intelectuais e artistas de contribuir para a institucionalização de Estado forte e centralizador era tão maior quanto a expansão do setor público permitia dotar a nação de um verdadeiro mercado cultural e lançar as bases de um sistema de ensino comum a todo o território nacional, abrindo os horizontes de novas carreiras para descendentes das elites agrárias tradicionais, ameaçadas de súbita decadência pelo colapso dos mercados interna-

cionais de produtos primários²¹. A criação do Ministério da Educação e Saúde em 1931, um primeiro marco da expansão de instituições públicas que se acelerou até o final da Segunda Guerra, permitiu reagrupar literatos, cientistas, arquitetos, músicos, pintores e escultores de vanguarda dos anos 30, favorecendo meios materiais e ambientes profissionais que os liberava da dependência clientelística das elites provinciais e acanhadas em seus gostos estéticos. O forte crescimento das casas editoras brasileiras, iniciado nos anos 20, mas ganhando seu verdadeiro impulso nos anos 30 (Sorá 1998, Hollowell 1985: 235), é um excelente exemplo do vínculo estreito entre desenvolvimento do mercado cultural local e novos questionamentos, novas visões de “nossas coisas” e “nossos problemas”, bem como do surgimento de novos símbolos da brasilidade: um novo mercado cultural e um sistema de educação centralizado constituíram alavancas potentes para o enraizamento do sentimento nacional. A dignificação de pertencer à coletividade brasileira veio associada à consagração de um panteão de autores e obras culturais em literatura, mas também em arquitetura, em pintura, em escultura, em música clássica, dando margem a que todas essas ocorrências fossem concebidas como simples manifestações de uma “autêntica cultura brasileira” que estava emergindo.

Hierarquia escravocrata e a matriz social da mestiçagem

Até os anos de 1920-30 a publicação de autores brasileiros era obra de livrarias localizadas nas metrópoles mais importantes, sobretudo Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre; as livrarias de maior notoriedade eram de origem francesa como a *Casa Garnier* no Rio de Janeiro e a *Casa Garraux* em São Paulo. A importação de livros era uma das principais fontes de rendimentos dessas empresas comerciais, a edição de obras só constituindo uma atividade secundária, embora os autores mais famosos, como Machado de Assis, fundador e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, fossem editados pela *Garnier*. O estudo de Gustavo Sorá (1998) sobre a história de uma das casas-editoras mais importantes entre os anos 1930-70, a José Olympio Editora, revela como se produziu a diferenciação entre as livrarias e as casas-editoras, sobretudo através da constituição de um circuito de distribuição e venda à escala nacional para divulgar e difundir as publicações. A análise dos catálogos de novas editoras mostra que a produção interna substituiu progressivamente as obras internacionais ao longo da década; essas novas editoras tinham por conseguinte interesse em consagrar novos produtos literários que pudessem ser associados a seu selo de qualidade. José Olympio, por exemplo, contribuiu fortemente para a aceitação, reconhecimento e celebridade do romance regionalista do Nordeste, associando-o aos nomes de José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Rachel

de Queiróz, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Amando Fontes, e buscando associá-los a símbolos do romance autenticamente nacional (cf. Sorá 1998, Garcia 2009).

Por outro lado, outra das iniciativas editoriais que marcou o período 1930-1970 foi, sem dúvida, o lançamento de coleções destinadas a prover o leitorado de concepções inovadoras sobre as origens e os destinos da coletividade nacional. As coleções visavam reeditar obras raras, consideradas essenciais para fundamentar o pensamento sociológico e histórico sobre o Brasil, ao mesmo tempo que publicavam ensaios de jovens autores com a mesma finalidade. Coleções como a *Brasiliana* da Companhia Editora Nacional, *Documentos Brasileiros* da José Olympio ou a *Biblioteca Histórica Brasileira* da Editorial Martins, incluíam títulos de jovens autores ao mesmo momento em que reeditavam obras famosas e raras, o que repercutia sobre a consagração dos pretendentes a “intérpretes” dos destinos da nacionalidade. Lembre-se que a coleção *Documentos Brasileiros*, dirigida inicialmente por Gilberto Freyre, foi inaugurada por *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Tais coleções relacionavam-se ainda com o sistema de ensino em vias de unificação e em forte expansão, como atesta o fato que a coleção *Brasiliana* fazia parte de um conjunto intitulado *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, dirigida por Fernando de Azevedo, um dos principais reformadores do sistema escolar primário e secundário a São Paulo e Rio de Janeiro, e fundador da Universidade de São Paulo em 1934. Portanto, as novas interpretações propostas por autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda surgiram em época onde se implantavam novos mecanismos de divulgação de escritos sobre a nação. Surgidas nos anos 30, essas coleções de “clássicos brasileiros” conheceram um verdadeiro sucesso ao difundirem modelos recentes para pensar a coletividade (cf. Pontes 2001), permitindo a ampliação e o reconhecimento de um mercado nacional do livro.

O próprio Gilberto Freyre, no prefácio à primeira edição (1933) de *Casa-grande e Senzala*, revela sua motivação profunda de repensar o vínculo entre a mestiçagem e o destino da nação brasileira. Este autor atribui aos estudos realizados com o antropólogo Franz Boas²² o aprendizado da distinção entre herança biológica e herança cultural e social, bem como entre raça e civilização; a diferença entre esses conceitos permitiu valorizar a mestiçagem como uma das características centrais da nação brasileira: “O professor Franz Boas é a figura de mestre de que me ficou até hoje maior impressão. Conheci-o nos meus primeiros dias em Colúmbia. Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase em que conheci Boas. Era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas

21 Para a análise das concepções e trabalho político dos responsáveis pela montagem do sistema educacional brasileiro, ver Almeida (2009) e Bittencourt (2009).

22 Maria-Lúcia Pallares Burke (2006), após examinar os arquivos da Universidade de Columbia, demonstrou que Gilberto Freyre assistiu curso de Franz Boas, mas este último nunca foi seu orientador.

brasileiros, nenhum que inquietasse tanto como o da miscegenação. Vi uma vez, depois de mais de três anos maciços de ausência do Brasil, um bando de marinheiros nacionais -mulatos e cafuzos- descendo não me lembro se de São Paulo ou Minas pela neve mole de Brooklyn. Deram-me a impressão de caricatura de homens. E veio-me à lembrança a frase de viajante americano que acabara de ler sobre o Brasil: "the fearfully mongrel aspect of most of the population". A miscegenação resultava naquilo. Faltou-me quem me dissesse então, como em 1929 Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes.

Foi o estudo de Antropologia sob a orientação do Professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor- separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Nesse critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano desse ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família".

(Freyre 1989:XLVII-XLVIII)

O testemunho do autor, que passaria a ocupar graças a esta obra a posição dominante no universo dos historiadores e cientistas sociais até os anos 60, é eloqüente: ser parte integrante de nação composta por maioria de mestiços provocava a vergonha de si mesmo. Unicamente através dos estudos de Antropologia, com um dos pais fundadores da disciplina em sua acepção moderna, conseguia afastar este sentimento em prol do esforço de análise das razões históricas responsáveis por engendrar estas "caricaturas de homens". A anedota individual reforça a impressão que essa vergonha de si aparece quando se está "no estrangeiro", mas esse sentimento íntimo não deixa de ser partilhado pelo estudante brasileiro. Porém, basta observar atentamente os escritos das gerações precedentes para se constatar que essa imagem negativa dos compatriotas é recorrente; o esforço de reconstrução da imagem da coletividade nacional, que repercuta em cada imagem individualizada de si mesmo, implicava em trabalho intelectual para repensar as relações entre mestiçagem, sociedade e cultura brasileiras. Sem sombra de dúvidas, referendado por múltiplos testemunhos como os de Antônio Cândido, a publicação de *Casa-grande e Senzala* constituiu uma das contribuições mais significativas à instituição da mestiçagem como ato fundador e trunfo importante da nova nação; invertendo-se uma marca de estigma em motivo de orgulho a ser exibido e discutido ostensivamente.

Pode-se observar ainda que o estudo de Gilberto Freyre tem por objeto central o mestiço das áreas do litoral, aquele mesmo que Euclides da Cunha considerava como

o protótipo do "degenerado". Mas este livro não atribui mais à mestiçagem o mesmo lugar de fator causal que na monografia de Euclides da Cunha. Esta obra visa sobretudo estudar a matriz social da mestiçagem no espaço social brasileiro desde o início da colonização portuguesa, o verdadeiro centro de atenções se deslocando para os modos de exercício da sexualidade nas grandes plantações e suas conseqüências para a descendência daí advinda. As relações entre "raças" apenas aparecem inscritas dentro de relações de poder entre mestres e escravos, mais particularmente entre os mestres brancos e polígamos e mulheres brancas chegadas da Europa (raras), índias, negras ou mestiças:

"No Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado pelo sistema de produção econômica monocultura latifundiária; do outro pela escassez de mulheres brancas entre os conquistadores. O açúcar não só abafou as indústrias democráticas de pau-brasil e de peles, como esterilizou a terra, numa grande extensão em volta dos engenhos de cana, para os esforços da agricultura e da pecuária. E exigiu uma massa enorme de escravos. A criação de gado, com possibilidades de vida democrática, deslocou-se para os sertões. Na zona agrária desenvolveu-se com a monocultura absorvente, uma sociedade semi-feudal, uma minoria de brancos e brancarões dominando patriarcais, do alto das casas-grandes de pedra e cal, não só os escravos criados aos magotes nas senzalas como os lavradores de partido, os agregados, moradores de casas de taipa e de palha vassallos da casa-grande em todo o rigor da expressão.

(Freyre 1989: XLIX)

O poder dos senhores brancos e polígamos inscreveu-se no espaço das imensas plantações de culturas tropicais mediante a oposição casa-grande/senzala, mas também nos corpos dos indivíduos, pois toda mestiçagem tornou-se um indício de uma relação mais ou menos antiga, mais ou menos duradoura, entre um senhor branco e mulheres negras, índias ou mestiças. O elo estável com esposa branca, sancionado pelo casamento católico e a residência na casa-grande, não impedia de modo algum a multiplicidade de uniões contratadas pelos patriarcas, temporárias ou permanentes, na origem de vasta progenitura, reivindicada pelos homens como atestado de sua virilidade, geralmente gerida diretamente por seus bons ofícios como todo "pai-provedor". O livro de Gilberto Freyre distingue-se pelo espaço restrito da análise da economia e das relações políticas sob o regime da escravatura, em prol do privilégio concedido ao exame da sexualidade e de seus efeitos duradouros. Como as relações familiares eram regradas pela moral católica, o objeto da análise de Freyre não são as práticas de aliança e de filiação legítimas, mas sim os efeitos múltiplos da poligamia de patriarcas brancos sobre a "vida íntima dos Brasileiros". Seria esta herança carregada que persistiria pesando nos modos de funcionamento e destinos da sociedade brasileira, no momento mesmo em que a

urbanização e a industrialização se aceleravam, pois a hierarquia das “casa-grandes e senzalas” foi recriada sob a forma de “sobrados e mucambos”. Não se fala mais nem em “degenerados”, nem em “retardados”; a mestiçagem torna-se apenas indício de relações de poder colonizador/colonizado redobradas de masculino/feminino, a marcar as relações inter-geracionais e a diferir linhagens de descendentes, segundo a possibilidade de explicitar os ascendentes paternos e maternos. Deste ponto de vista, em nada surpreende que “ter berço” ou “ser de família” sejam marcas fortes de origem social elevada, enquanto indivíduo, reduzido a seus próprios feitos, seja apenas símbolo de fragilidade social (cf. da Matta 1997).

O homem cordial como obstáculo à democracia

A obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, publicada em 1936 como primeiro livro da coleção dirigida por Freyre, também visou analisar a herança cultural legada pelo grande domínio escravagista. Assim como para Gilberto Freyre, essa matriz histórica teria forjado estilos de comportamento e categorias de pensamento vigentes mesmo no Brasil dos anos 30 sob intensa urbanização e crescimento industrial. Se Gilberto Freyre havia privilegiado o domínio da sexualidade e seus efeitos nas relações familiares, nas alianças matrimoniais e na filiação, Sérgio Buarque se interessa pelos costumes políticos dos homens públicos, sempre considerando que a “psicologia íntima” das elites dirigentes apenas pode ser compreendida levando-se em consideração a oposição senhores e escravos que estruturara a vida social brasileira até o final do Império.

A questão central examinada por Sérgio Buarque visa o conhecimento dos obstáculos à implantação de Estado moderno e democrático no Brasil. Os homens políticos, cuja socialização fora feita no interior dos engenhos e fazendas, onde a vontade do senhor de terras não se contrapõe a nenhuma outra força objetiva, que lhe limite a potência ou seu caráter arbitrário, aceitam com grande dificuldade serem submetidos a regras transcendentais que se impõem a qualquer indivíduo, tenha que origem tiver. Sem regras partilhadas por todos e fora do domínio de qualquer indivíduo em particular -como Max Weber insistira para caracterizar a dominação racional/legal- uma coletividade não passa de um mero agregado de individualidades, sem instrumentos para imprimir rumos ao presente e ao futuro. Assim a construção de um Estado moderno, direcionado por deliberações coletivas democraticamente levadas a cabo, supunha o conhecimento detalhado da “herança rural” (título de dois longos capítulos da primeira edição) e uma ruptura clara com seus legados, em particular através do abandono da “ética da aventura” e a adoção decisiva da “ética do trabalho”. Um passado de derrubada de matas tropicais e de descobertas de minério à flor do solo imprimiu a inércia da aventura como padrão de conduta quotidiana. Mas é na dificuldade de regulação dos conflitos no interior da elite política que

os estragos são maiores, pois cada qual se julga dotado de princípios próprios para agir e julgar a pertinência de sua ação. Como se monarca fosse nos limites de sua propriedade. A comparação com os padrões vigentes na Europa e nos Estados Unidos revela a impossibilidade de dar origem à ordem democrática sob tais bases.

Uma das noções centrais deste livro é a de “homem cordial”, referência que deu origem a um sem número de mal entendidos e à polêmica com Cassiano Ricardo, escritor que fez seu fundo de comércio da apologia às metas do regime do Estado Novo varguista. Contra a interpretação apresentada por este último escritor, Sérgio Buarque sente-se obrigado a explicitar, desde a segunda edição, que havia usado a expressão “homem cordial” em seu sentido etimológico, chamando a atenção para a palavra latina *cordis*, coração; homem cordial seria aquele que se governa sobretudo por suas paixões, as mais imediatas. Em análises que emprestam vias semelhantes às propostas por Norbert Elias no *Processo civilizatório*, o homem político, que só conhece suas paixões como norma válida para avaliar suas ações, constitui um obstáculo à implantação de mecanismos de decisão coletiva característicos de Estados democráticos. Assim, sua reflexão partia das mudanças patentes nos anos 30, quando a urbanização e o crescimento industrial começavam a suplantiar os modos de existência da vida rural na dinâmica da coletividade nacional. Nitidamente, porém, para este autor a ruptura necessária para a construção de nação moderna supunha bem mais do que a passagem do “mundo rural” ao “mundo urbano” ou o predomínio do trabalho industrial sobre o trabalho agrícola. Ela exigia a implantação de normas e leis que transcendiam a qualquer indivíduo, de modo que as “regras do jogo” fossem de certa forma independentes dos jogadores. O fim do homem cordial era um marco essencial da evolução para atingir uma democracia; na primeira edição o autor era ainda mais enfático: o último capítulo assim tratava de “nossa revolução”.

A trilogia das obras centrais dos anos 30-40 tem por marco complementar *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr, editado em 1942, detalhando vias de pesquisa esboçadas em 1933 com *Evolução política do Brasil*, adotando explicitamente referencial marxista. Caio Prado analisou os movimentos da grande lavoura de produtos primários voltada para exportação, cujos ciclos de expansão e declínio dependiam de evolução de mercados europeus e norte-americanos fora do controle direto das regiões produtoras. O universo das *plantations* engendrava uma “economia colonial”, sem centro dinâmico interno ao território da nação; tal economia era incapaz de sustentar o aparecimento de numerosas indústrias e de dar impulso para sua expansão ininterrupta. Aqui, a argumentação econômica servia de fundamento para o caráter necessário de revolução nacional que assegurasse a instalação de alavancas que permitissem o crescimento industrial, possibilitando que as populações trabalhadoras das cidades e dos campos melhorassem seu padrão de

vida; podendo então se constituir ulteriormente em forças políticas autônomas das oligarquias predominantes até então.

Por conseguinte, bem mais do que da valorização da mestiçagem, é o legado social, político e econômico do domínio escravagista que é abordado nas principais obras dos anos 30-40, em particular as marcas que ficaram na “psicologia íntima” dos brasileiros. A mestiçagem torna-se sobretudo um índice de universo social que conheceu a escravatura em momento anterior, deixando suas pegadas muito além do inscrito no corpo dos indivíduos. A distância do padrão de vida dos países europeus era clara, mas a causa do atraso não residia no potencial biológico do povo, mas em heranças pesadas contraídas por antiga colônia européia, a serem superadas no presente e no futuro. Repensar toda a história precedente explicitando os significados dos desafios da “formação do Brasil contemporâneo”, do enraizamento de uma cultura nacional e da inércia social que permitia recriar ininterruptamente a hierarquia iniciada pelo binômio “casas-grandes e senzalas”, aparecia então como tarefa inadiável de intelectuais que queriam ter participação ativa na definição dos destinos da coletividade. Particularmente em momento onde as cidades cresciam juntamente com as indústrias que aí se instalavam, servindo de incentivo à aceleração de êxodo rural. Mas nada indicava que essa dinâmica por si só impedisse o aprofundamento das desigualdades sociais e o reforço da hierarquia. O apelo à ruptura com o passado de escravidão conservaria assim sua atualidade até os dias atuais, apontando as configurações sociais, políticas e econômicas que necessitavam ser modificadas para dar origem à coletividade democrática, que possa se apropriar das modalidades de desenvolvimento econômico que melhor convier a cidadãos livres de coerções extra-econômicas e de estigmas racistas. Tornar-se uma nação na acepção moderna da palavra, que ganhou forma e conteúdo com a Revolução francesa (cf. Furet et Ozouf 1992), implicava assumir os desafios postos pela herança histórica e cultural; a comunidade política de destino se constitui tanto através da incorporação de seu legado como em ruptura com ele. Desde a edição de *Os Sertões* essa mensagem é constantemente reafirmada: o peso do passado no presente destitui a coletividade do poder de configurar seu futuro autônomo.

Ambivalências do nacionalismo cultural

Foram intelectuais cujas linhagens de ascendentes incluíam inúmeros detentores de grandes lavouras, recusando-se a aceitar a decadência econômica e o declínio social como um destino inexorável, que puderam inovar em atividades consideradas nobres como a valorização da “cultura brasileira” e a construção de Estado moderno, graças às competências socialmente raras que possuíam e às viagens que fizeram à Europa ou aos Estados Unidos, antes de editarem suas obras mais conhecidas. Essas hipóteses podem ser referendadas pelo exame do processo que consagrou o romance regionalista do

Nordeste como paradigma do romance “autenticamente nacional” (cf. Garcia Jr. 2009). Mas as rupturas estéticas não se limitaram ao terreno da literatura. Tudo se passou como se os sucessos em arquitetura moderna (Oscar Niemeyer e Lucio Costa, estudados por Lauro Cavalcanti), em música clássica (Villa Lobos, estudados por Paulo Gueiros e Anais Fléchet), em pintura (Candido Portinari e os artistas plásticos modernistas, estudados por Sérgio Miceli 1996, 2003), além da literatura, contribuíssem para fazer crer que uma cultura autenticamente nacional estivesse a ponto de emergir, tendo apenas por condição e por finalidade o “retorno às verdadeiras raízes”.

Mas essas rupturas não atingiram apenas à fração letrada da população brasileira, o que restringiria sobremaneira seu alcance. Como demonstrou Vassili Rivron para o processo de valorização da música popular brasileira (cf. Rivron 2005), ao colocar em relação a história social dessa prática cultural com a da implantação do rádio no Brasil, e José Sérgio Leite Lopes para a difusão do futebol profissional (Leite Lopes 2000), a unificação simbólica e cultural se fez também através de veículos de comunicação de massa e de práticas que não supunham escolaridade prévia e prolongada. Estas práticas culturais tinham a vantagem suplementar de inscrever a legitimidade da identidade social no corpo dos indivíduos, tornando possível apresentar, como exemplares, posturas corporais percebidas até o início do século XX como marcas biológicas da inferioridade sem remédio. A valorização de práticas reivindicadas como nacionais tem por efeito a reabilitação de comportamentos alvos de chacota e desprezo, ou mesmo de estigma, provocando assim um alargamento do público e dos produtores, bem como seu exercício de forma desinibida.

Contudo, o risco de ambivalência não deixa de pairar sobre a dignificação operada pelo nacionalismo cultural. Pois seu sucesso pode também criar barreiras ao fluxo da circulação internacional das idéias, ao fazer crer que só obras produzidas no interior das “fronteiras nacionais” seriam válidas, podendo todas as demais serem legitimamente ignoradas. Neste caso, não seria mais a crítica sistemática da validade de qualquer idéia que presidiria sua adoção ou rejeição, mas apenas o exame de sua origem geográfica, se procedente do interior ou do exterior do “circulo de giz” das fronteiras nacionais. A noção mesma de “identidade nacional” na Europa atual tem sido usada frequentemente como forma de buscar transformar populações imigrantes, e seus descendentes, em origens de todos os males (cf. a crítica competente e lúcida do historiador francês Gerard Noiriel 1992, 2007). A identificação do nacional com o universal pode agravar a questão, limitando o debate de idéias, aceitando-se fronteiras territoriais em assuntos culturais, o que nada tem a ver com o debate científico, artístico ou intelectual em busca do paradigma de maior alcance. Um novo dogma surge, restringindo a construção do saber, embora não mais se fundamente sobre crenças religiosas. Se a dignificação de culturas nacionais contribui para ampliar

os limites do pensar, através do exercício da diversidade, nada parece fundar a pertinência de buscar impor fronteiras nacionais aos processos de conhecimento e de expressão do pensamento.

Bibliografia

Abreu, R. 1998. *O enigma de Os sertões*, Rio de Janeiro, Rocco-Funarte.

Almeida, A. M. 2009. Le langage autorisé pour penser le système éducatif. Les économistes à la conquête des nouveaux pouvoirs, (in) *Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs*, A. Garcia e M. C. Munoz (org) hors-série n° 2, juin, p , 117-139

Almeida, A. W. 1977. Uma genealogia de Euclides da Cunha, (in) *Arte e sociedade*, G. Velho (org.), Rio de Janeiro, ed. Zahar.

Andrade, M.C. 1998. *A terra e o homem no Nordeste, Recife*, Ed. Universitária de Pernambuco.

Bacha, E. 1992. *150 anos de café*, Rio de Janeiro, ed. Marcelino Martins e Johnston Exportadores.

Bittencourt, A. 2009. Anísio Teixeira : les origines sociales d'un nationalisme pédagogique, (in) *Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs*, A. Garcia e M. C. Munoz (orgs) hors-série n° 2, juin, p. 139-156

Bourdieu, P. 1984. *Homo Academicus*, Paris, éd. Minuit.

Cardoso, I. 1982. *A universidade da comunhão paulista*, Cortez Editora.

Carvalho, J. M. 1990 a. *Formação das almas*, Rio de Janeiro, Zahar.

Carvalho, J. M. 1990. *Un théâtre d'ombres. La politique impériale au Brésil*, Paris, éd. MSH.

Cunha, E. 1939. *Canudos (diário de uma expedição)*, Rio de Janeiro, José Olympio, introdução de Gilberto Freyre

Cunha, E. 1985. *Os sertões*, São Paulo, ed. Brasiliense (edição crítica organizada por Walnice Galvão).

Eisemberg, P. 1977. *Modernização sem mudança*, São Paulo, ed. Paz e Terra.

Elias, N. 1990. *La dynamique de l'occident*, Paris, Agora.

Faria, L. Castro de. 2002. *Oliveira Vianna, de Saquarema à alameda São Boaventura, 41, Niterói; o autor, o livro, a obra*, CNPq-Relume-Dumara.

Fausto, B. 1970. *A revolução de 1930*, São Paulo, ed. Brasiliense.

Freyre, G. 1974. *Maîtres et esclaves*, Paris éd. Gallimard (première édition brésilienne, sous le titre de *Casa Grande e Senzala*, 1933).

Furet, F., M. Ozouf. *Dictionnaire critique de la Révolution française*. Editions Flammarion, Paris

Furtado, C. 1969. *Formação econômica do Brasil*, São Paulo, Cia Editora Nacional.

Galvão, W. 1976. *Saco de gatos*, São Paulo, ed. Duas Cidades.

Garcia, A. 2009. "Meninos de engenho; a modernidade paradoxal dos romancistas brasileiros"; (in) *Antropolítica*, L. Segalla (org.), dezembro.

Holanda, S. B. 2006. *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras.

Holloway, T. 1978. *Vida e morte do convênio de Taubaté*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Leite Lopes, J. S. 2000. Le football brésilien, conflits sociaux et identité nationale, (in) *Hérodote*, Y. Lacoste (org.), n° 98, p.161-177

Lévi- Strauss, C. 1958. *Anthropologie Structurale*, Paris, Plon.

Lima Sobrinho, B. 1968. *Presença de Alberto Torres*, Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira.

Matta, R. da. 1970. *Ensaio de antropologia estrutural*, Rio de Janeiro, Vozes.

Matta, R. da. 1997. *Carnaval, malandros e heróis*, Rio de Janeiro, Rocco.

Miceli, S. 1981. *Les intellectuels et le pouvoir au Brésil*, Paris, éd. MSH.

Miceli, S. 1995. *Historia das ciências sociais no Brasil*, São Paulo, Sumaré.

Miceli, S. 1996. *Imagens negociadas*, São Paulo, Companhia das Letras.

Miceli, S. 2003. *Nacional/estrangeiro*, São Paulo, Companhia das Letras.

Monbeig, P. 1952. *Pionniers et planteurs à São Paulo*, Paris, éd. FNSP.

Noiriel, G. 1992. *Population, immigration et identité nationale en France (XIX et XX siècles)*, Paris, Hachette.

Noiriel, G. 2007. *A quoi sert l'identité nationale?*, Paris, Agone.

- Pallares-Burque, M. L. 2005. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos tropicos*, São Paulo, ed. Da UNESP
- Pontes, H. 1998. *Destinos mistos*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Pontes, H. 2001. Retratos do Brasil: editores, editoras e “coleções brasileiras” nas décadas de 30, 40 e 50, (in) *Historia das ciências sociais no Brasil*, S. Miceli (org), São Paulo, Ed. Sumaré, p. 419-476.
- Prado Jr., Caio. 1942. *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Martins Fontes.
- Pécaut, D. 1989. *Entre le peuple et la nation*, Paris, éd. MSH.
- Polanyi, K. 1971. *The great transformation*, Boston, Beacon Press (primeira edição 1944).
- Rego, J. Lins do. 1987. *Ficção completa*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar (dois volumes)
- Rivron, V. 2005. “Enracinement de la littérature et anoblissement de la musique populaire”, Paris, EHESS, thèse de doctorat (mimeo), trois volumes.
- Schwarzc, L. 1995. *O espetáculo das raças*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Sorá, G. 1998. “Brasileiras. José Olympio e o mercado editorial no Brasil”, Rio de Janeiro, PPGAS-Museu Nacional-UFRJ (tese de doutorado, mimeo).
- Théry, H. 2000. Retrato cartografico e estatístico, (in) *Brasil, um século de transformações*, Sachs, Wilhelm e Pinheiro (orgs), São Paulo, Companhia das Letras, p. 394 – 417.
- Thiesse, A. M. 1999. *La création des identités nationales en Europe*, Paris, éd. Seuil
- Zweig, S. 1993. *Le monde d’hier. Souvenirs d’un européen*, Paris, éd. Belfond.
- Zweig, S. 1994. *Le Brésil, terre d’avenir*, Paris, éd. de l’Aube (primeira edição 1941)